

## A DINÂMICA DO SETOR CANAVIEIRO NO CAMPO SUL-MATO-GROSSENSE<sup>1</sup>

### THE DYNAMICS OF THE CANAVIEIRO SECTOR IN THE SUL-MATO-GROSSENSE FIELD

Alex Torres DOMINGUES<sup>2</sup>

**Resumo:** O espaço agrário brasileiro, na atualidade, está vivenciando profundas mudanças desencadeadas pela lógica contraditória da dinâmica do capitalismo. Este trabalho objetiva compreender o processo dinâmico do capital agroindustrial canavieiro, numa porção do território brasileiro, o Mato Grosso do Sul, e suas diferentes facetas. Buscamos entender as alterações sofridas no campo sul-mato-grossense. A metodologia para o presente texto parte de uma análise bibliográfica e análise empírica. O estudo faz parte de uma pesquisa maior a ser apresentado ao final do doutorado como trabalho de tese.

**Palavras-Chave:** capital; Estado; setor canavieiro.

**ABSTRACT:** Brazilian agrarian space, today, is experiencing profound changes triggered by the contradictory logic of the dynamics of capitalism. This paper aims to understand the dynamic process of sugarcane agroindustrial capital in a part of the Brazilian territory, Mato Grosso do Sul, and its different facets. We sought to understand the changes undergone in the South-Mato Grosso countryside. The methodology for this text is based on a bibliographical analysis and empirical analysis. The study is part of a larger research to be presented at the end of the doctorate as thesis work.

**Keywords:** capital; State; sugarcane industry

#### Introdução

Na contemporaneidade, o espaço agrário brasileiro está vivenciando profundas mudanças desencadeadas pela lógica contraditória das relações sociais oriundas da dinâmica do capitalismo. Nesse movimento sempre incessante, o interesse da ciência geográfica volta-se para o plano do entendimento das alterações sofridas na produção do espaço de forma multiescalar, buscando analisar a sua totalidade.

Kautsky (1980: 25) afirma que o modo de produção capitalista predominou na sociedade, e predomina na atualidade (século XXI). No entanto há um “antagonismo da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado que move o nosso século e lhe dá a sua fisionomia”. Mas nos recorda também que, o modo de produção capitalista não se constitui na única forma de produção existente na sociedade, pois, concomitante a esse modo de produção, existe ainda, o modo de produção pré-capitalista. E esse último, gera novas contradições e antagonismos dentro da área urbana/rural.

Esta realidade tem como síntese a mundialização do capital que atinge lenta ou velozmente espaços que são capturados pela lógica de mercado dando margem para a formação de verdadeiros espaços de acumulação (HARVEY, 2005).

---

<sup>1</sup> Este trabalho teve o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Professor Doutor da Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: alextdomingues@gmail.com

O processo de mundialização do capital tem propiciado uma ruptura no próprio sentido da globalização, pois imprime na processualidade da práxis social, um novo modelo de organização que supera a mera possibilidade de alcance universal das mercadorias para confirmar a verdadeira mundialização das operações de capital sob moldes flexíveis, onde ganha corpo o desenvolvimento do capitalismo financeiro (ALVES, 1999).

O alcance universal atingido pela mundialização do capital<sup>3</sup>, todavia, não impede a formação de resistências contra esse formato da economia global. Sobretudo, o que nos chama a atenção é a dinâmica histórica das transformações sociais de produção através das manifestações postas pela reconfiguração em escala planetária da divisão internacional do trabalho. Isso vai impactar diretamente no modo como entendemos essas relações até então.

Obviamente que este cenário reflete a complexidade das relações sociais do mundo contemporâneo onde o desenvolvimento da sociedade assentada na mercadoria e na expansão da esfera do valor de troca impôs um ritmo frenético de produtividade que, em si, guarda seu caráter altamente destrutivo.

Em meio à multiplicidade de recortes analíticos da realidade, optamos por perscrutar no presente artigo, os impactos causados pela expansão do setor agroindustrial canavieiro no espaço agrário sul-mato-grossense<sup>4</sup> com vistas à possibilidade de observarmos as importantes transformações sociais e territoriais<sup>5</sup>.

## O capital e sua relação com o campo

O capitalismo é um sistema que estimula e amplia o emprego de máquinas<sup>6</sup> e equipamentos na agricultura; todavia, essa introdução de máquinas na agricultura reveste-se de um caráter extremamente capitalista, implicando na formação de relações capitalistas e o seu sucessivo desenvolvimento (LÊNIN, 1982), ou na sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1980).

O sistema capitalista é um processo dinâmico e expansivo e cria uma força revolucionária que constantemente muda o mundo em que vivemos. A necessidade de máquinas na produção agrícola e a especialização da produção são exemplos disso. Acontece que com a entrada das máquinas, houve alterações no passado, como o trabalho noturno e, portanto, uma intensificação do trabalho do homem (HARVEY, 2005), que complementa,

---

<sup>3</sup> Chesnais (1996) considera o processo atual de mundialização do capital, uma vez que este representa o próprio regime de acumulação do capital. De acordo com ele, é na mundialização do capital que estão as primeiras etapas do ciclo de acumulação, pois o capital põe em movimento muitas mercadorias, mas, ao mesmo tempo, esse mesmo capital busca libertar-se da forma mercadoria, através, principalmente, de mecanismos financeiros que tornem possível a acumulação ampliada do capital.

<sup>4</sup> Alguns impactos causados pelo setor canavieiro e por outros setores são: desmatamento ou desflorestamento de matas nativas para o plantio de monoculturas, assoreamento de rios e córregos devido ao desgaste do solo, enfraquecimento do solo, expropriação de trabalhadores rurais e camponeses do campo, concentração de terra e de riquezas, entre outros.

<sup>5</sup> O território ora tratado está baseado em Haesbaert (2006), enquanto processo dinâmico da relação sociedade-espaço-tempo. É compreendido como produto dessas relações, sendo mediadas, por distintas relações espaço-temporais, que ao se territorializarem, transformam e/ou entram em conflito com outras territorialidades, num contínuo processo de territorialização/desterritorialização/reterritorialização.

<sup>6</sup> De acordo com Lênin (1982), quando o latifundiário ou o grande proprietário adquire uma máquina ou um instrumento agrícola, ele substitui o instrumento do camponês e/ou assalariado pelo seu instrumento; passando assim, do sistema de pagamento em trabalho ao sistema capitalista. Em consequência da grande produção de máquinas, tanto na agricultura quanto na indústria, há um grande imperativo, que seria o controle social e a regulamentação da produção.

[...] provavelmente, esse “novo nível” apresentará certas características combinadas, envolvendo os seguintes tipos: 1) A produtividade da mão-de-obra aumentará muito pela utilização de máquinas e equipamentos mais sofisticados, enquanto, no transcurso da crise, os equipamentos mais antigos do capital imobilizado ficarão mais baratos por meio da imobilização forçada. 2) O custo da mão-de-obra diminuirá muito devido ao grande desemprego provocado pela crise e, conseqüentemente, um excedente maior poderá ser obtido pela acumulação adicional. 3) O excedente de capital, que careceu de oportunidades de investimentos na crise, será atraído por linhas de produção novas e muito lucrativas. 4) A demanda efetiva expandida por produtos – de início, na indústria de bens de capital, mas, subseqüentemente, no consumo final – esvaziará o mercado de todos os bens produzidos. (HARVEY, 2005: 47)

Para que o capitalismo amplie, acumule e intensifique suas ações ou passe a explorar cada vez mais e obtenha lucros, a expansão geográfica da agricultura é uma das soluções. Ou seja, o capitalismo consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão, no qual, tal expansão é, simultaneamente, intensificação e expansão geográfica (HARVEY, 2005). Foi o que aconteceu com a expansão de alguns produtos para o Mato Grosso do Sul, inicialmente a pecuária e soja e; mais recentemente, a cana-de-açúcar e o eucalipto.

O capitalismo avança com muita força em todos os setores da sociedade. Mudam-se as relações entre o indivíduo e a terra, pois se produzia para o consumo, e na atualidade, produz-se para a acumulação de capital por meio da produção de *commodities* para a exportação. Essa evolução do capital no campo não aconteceria com ampla expansão sem a presença marcante do Estado capitalista.

Ao pensarmos na expansão do setor agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul<sup>7</sup>, podemos imaginar sua forma devastadora de reprodução nos espaços incorporados à racionalidade da produção voltada para o mercado e conseqüentemente para a geração de lucro.

Buscaremos entender esse processo no estado de Mato Grosso do Sul, sabendo que o mesmo passa por um momento crucial na definição de seu papel frente à economia capitalista nacional e internacional, onde os interesses exógenos, aliados aos interesses do Estado capitalista<sup>8</sup>, tendem a criar novas áreas de expansão do capital e a defini-las de acordo com a especialização produtiva gerada pela expansão das relações capitalistas para tal empreendimento.

Dessa forma, consegue-se combinar lógicas distintas e primitivas de acumulação no tempo e no espaço de maneira contínua, onde um *capitalismo de rapina* “tem tanto de práticas canibais e desvalorizações forçadas quanto tem de alcançar o desenvolvimento global e harmonioso” (HARVEY, 2004: 114).

Em Mato Grosso do Sul o capital, aliado ao poder estatal, explora e transforma as relações existentes no campo. O exemplo mais recente é a expansão do setor agroindustrial

<sup>7</sup> O Estado de Mato Grosso do Sul, segundo o IBGE, possui uma área de 357.145,8 km<sup>2</sup> e um total de 79 municípios. Desses, cerca de 40, estão direta ou indiretamente ligados ao setor agroindustrial canavieiro, o que representa 46,8% do total. Localiza-se na porção oeste do país, fazendo fronteira com os estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e também com o Paraguai e a Bolívia, o que facilita o escoamento da produção de açúcar e álcool. Tem uma população de 2.449.024 habitantes (IBGE - Censo de 2010), onde predomina 85,64% urbana e 14,36% rural, o que certamente, não eliminou a questão agrária do estado, mas, ao contrário, tornou-a mais profunda.

<sup>8</sup> Cf. Harvey (2005).

canavieiro na primeira década do século XXI. Dessa forma, a exploração agrícola se torna uma exploração capitalista. Por sua vez, a exploração capitalista só começou a fazer-se sentir na agricultura numa época em que o capitalismo, e, por conseguinte o crédito, já estava bastante desenvolvido nas cidades (KAUTSKY, 1980: 105)

Em meio a essas transformações ocorridas com a evolução do capital, os sujeitos vão se alterando, pois passamos a enxergar o proprietário de terra (fazendeiro), o proprietário dos meios de produção<sup>9</sup> (capitalista) e o operário assalariado, explorado pelo capitalista (trabalhador). Sendo assim, o trabalhador recebe o salário do trabalho, o capitalista o lucro de empresário e o proprietário de terra a renda fundiária (KAUTSKY, 1980).

Na atualidade as relações podem ser ainda mais complexas, pois o proprietário de terra e o capitalista podem ser a mesma pessoa e/ou empresa, chegando ao ponto máximo da exploração capitalista no campo, como alguns casos da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul.

As grandes propriedades têm seu papel nessa exploração, pois o latifúndio passa a representar a centralização da administração capitalista no campo, surgindo assim, novas formas de exploração no qual as pequenas propriedades mal conseguem nutrir seus proprietários<sup>10</sup>, passando a fazer parte da sociedade de crédito e a serem vistos como barreiras ao progresso econômico.

Ainda de acordo com Lênin (1982), a agricultura aliou-se à indústria transformando-a em um ramo econômico que produz mercadorias. Diante disso vimos o processo de especialização do capital, dar origem às regiões agrícolas especializadas, provocando trocas entre os produtos agrícolas (é o que acontece no estado de Mato Grosso do Sul com a expansão de determinados produtos – soja, cana-de-açúcar, eucalipto, pecuária, etc.).

### **Estado e a sua aliança com o capital**

O Estado capitalista passa a garantir o direito da propriedade<sup>11</sup> privada, dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos de produção e prestação de serviços, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário passando a garantir a (re)produção do capital (HARVEY, 2005).

Sendo assim, o Estado capitalista tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Podemos afirmar também que o Estado,

[...] desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação

---

<sup>9</sup> “O desdobramento do agricultor-proprietário em duas pessoas, o proprietário territorial e o empresário, é uma consequência necessária da posse individual do solo na organização capitalista da produção” (KAUTSKY, 1980: 107).

<sup>10</sup> Para Lênin (1982: 16), “a transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina etc.) – ou seja, pressupõe o seu ‘empobrecimento’, a sua ‘ruína’”.

<sup>11</sup> De acordo com (MARTINS, 1994: 13), a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente, que, “associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros”. No que diz respeito à sociedade civil, esta não é senão esboço num sistema político em que, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado. Esse Estado está baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como o clientelismo e o oligarquismo. Sendo assim, entendemos que no Brasil, o atraso é um “instrumento de poder”.

do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infra-estruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo. Esse tipo de Estado incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo que é muitíssimo protetor do direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho. (HARVEY, 2005: 85-86)

Dessa forma, a sociedade está dominada pelo Estado atuando segundo a sua lógica. A força da sociedade civil se dilui e, frequentemente se perde. O sistema político brasileiro tem demonstrado uma notável capacidade de captura dessas pressões e propósitos, “assimilando e integrando o que é disruptivo e o que em outras sociedades foi fator essencial de transformações sociais e políticas até profundas” (HARVEY, 2005: 13).

O Estado é a representação de classes que tem poder sobre toda a sociedade, seja local, regional ou nacional. Desde o período conhecido como “Estado Novo” (1937-1945), que se estabeleceram as bases para um pacto político tácito, ainda vigente na contemporaneidade, com modificações, em que os proprietários de terra não dirigem o governo, porém não são por ele contrariados (MARTINS, 1994). Assim, o Estado está sob sua tutela e ordena a seu favor, aliando poder (proprietários de terra) e capital para a dominação da classe trabalhadora.

Essa aliança entre poder e capital vem gerando frutos para o capitalista, desde a Lei de Terras (1850), que longe de ter como intuito a liberalização do acesso à terra, teve como objetivo justamente o contrário: “instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força-de-trabalho das grandes fazendas”<sup>12</sup> (MARTINS, 1994: 76).

Esse cenário (re)articula um poder político e de classes muito grande, pois os latifundiários tem o poder sob suas mãos e isso facilita suas ações e solicitações perante o Estado que, conseqüentemente, o apoia em vossas decisões e ajuda em tuas necessidades. Outras agroestratégias estão sendo traçadas pelos agroestrategistas, que além de contar com o apoio de determinados aparatos oficiais, trabalham simultaneamente, no poder Legislativo e no poder Judiciário, modificando e/ou alterando leis, projetos de leis, propostas de emenda constitucional, entre outras formas de atuação (ALMEIDA, 2010).

Dessa forma, a aliança entre o Estado e o capital reflete na concentração de terras, renda e capital. Esse processo vem se tornando cada vez mais forte e sua expansão por todas as regiões do país, dentre elas, o Mato Grosso do Sul impacta nas relações entre a sociedade e

---

<sup>12</sup> De acordo com Martins (1994: 92), no início, a compra de terras pelos grandes capitalistas do Sudeste animou o mercado imobiliário, convertendo, os proprietários de terras em proprietários de dinheiro e forçando-os, a agirem como capitalistas. No entanto, essa aliança entre capital e terra, enfraqueceu a ação e a eficácia dos movimentos sociais que poderiam reivindicar reconhecimento e ampliação de direitos sociais em favor das populações pobres do campo. Tal aliança debilitou a sensibilidade de amplos setores da sociedade brasileira, pois anulou a vulnerabilidade da política das classes dominantes ao “anular a possibilidade de um conflito de interesses tão radical quanto o que poderia existir no conflito entre a racionalidade do capital e a irracionalidade da propriedade fundiária”.

nas formas de vida tradicionais, como ribeirinhos, indígenas, quilombolas, etc. Uma parte dessa aliança ocorre com o setor agroindustrial canavieiro.

### Expansão do setor canavieiro no Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul, até a década de 2000, não tinha expressividade na produção de cana-de-açúcar. Primeiro, porque os derivados desse produto (açúcar e álcool) eram pouco consumidos no mercado interno e externo. Depois porque, pela lógica do capital, não havia tanto interesse em tal produto internacionalmente.

A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, no governo de Getúlio Vargas, foi a primeira ação estatal com o objetivo de orientar, fomentar e realizar o controle da produção de açúcar e álcool no país, perdurando até ao anos de 1990.

Em 1975 foi lançado o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que tinha como objetivo diminuir a dependência do petróleo e aumentar as relações de poder oriundas das classes produtoras da região nordeste e centro-sul do Brasil.

Para os anos após 2002, verifica-se que houve maior incentivo por parte do Estado ao setor agroindustrial canavieiro, e, conseqüentemente, uma expansão da cana-de-açúcar por alguns estados brasileiros, dentre eles, o Mato Grosso do Sul, reforçando a aliança de poder (Estado e capital).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>13</sup>, em 2000, o estado de Mato Grosso do Sul tinha uma área plantada em torno de 98 mil hectares e em 2015 passou para mais de 500 mil. No que diz respeito à produção, em 2000 era de pouco mais de 5 milhões de toneladas passando a produzir cerca de 44 milhões de toneladas em 2015. Isso representa um crescimento de mais de 500% quanto à área plantada e 740% quanto à produção dos derivados da cana-de-açúcar (Quadro 01).

**Quadro 1** – Quantidade Produzida e Área Plantada com Cana-de-açúcar em MS.

Ano*	Quantidade Produzida (toneladas)	Área Plantada (hectares)
2000	5.837.456	98.958
2002	8.575.190	112.100
2004	9.572.305	130.970
2006	12.011.538	152.747
2008	21.362.084	252.544
2010	34.795.664	399.408
2012	37.761.461	558.664
2013	42.399.659	642.686
2014	44.039.431	639.899
2015	43.924.003	546.099

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE.

Nota: Alguns anos não foram colocados no quadro para ficar muito extenso. Mas é evidente o crescimento da cana-de-açúcar.

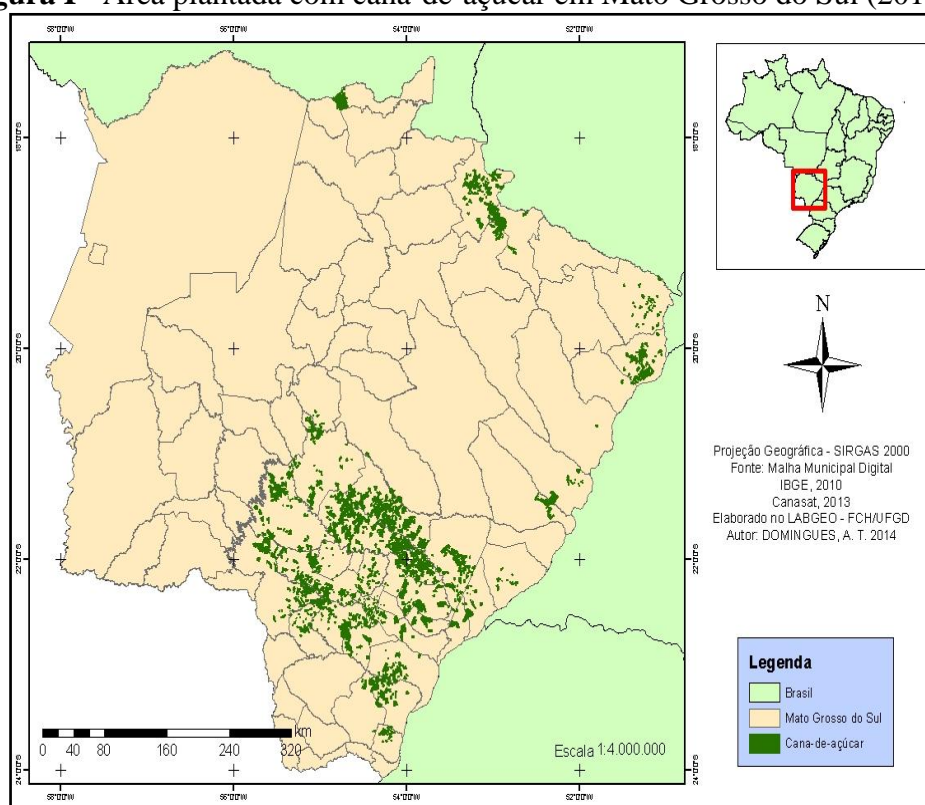
Org.: DOMINGUES, A. T., 2015.

<sup>13</sup> Dados retirados no SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), da PAM (Produção Agrícola Municipal).

Podemos perceber que a expansão do setor canavieiro em Mato Grosso do Sul é evidente, uma vez que ao longo dos anos o crescimento tanto da quantidade produzida quanto da área plantada foi exponencial.

Essa expansão transformou a região conhecida como centro-sul do Mato Grosso do Sul e suas relações, pois em muitas áreas onde havia soja plantada e/ou praticava-se a pecuária extensiva, ocorre o plantio de cana-de-açúcar, ou seja, encontra-se uma das características do processo de acumulação capitalista, a expansão geográfica (Figura 1). Tal processo faz com que as culturas agrícolas e/ou práticas locais, ultrapassem novas fronteiras, como o Mato Grosso e Amazonas, em busca de outras regiões para algumas produções.

**Figura I** - Área plantada com cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul (2013).



Quanto à concentração de terras no sul do estado, que já é muito alta<sup>14</sup>, permanece inalterada, pois os proprietários não vendem suas terras, mas passam a extrair a renda, por meio do arrendamento. Isso demonstra que o processo de territorialização do capital canavieiro, não altera o modelo de concentração de terras já existentes, ao contrário, amplia; pois os capitalistas e os proprietários de terra, embora com objetivos distintos, buscam lucro e renda respectivamente. Tal modelo nos revela a dependência econômica do estado de Mato Grosso do Sul, se tornando o esteio da economia, ocultando os conflitos pelo acesso à terra e à água. Por isso, as lutas são constantes por parte dos atingidos por esse processo, principalmente, camponeses e indígenas.

<sup>14</sup> Ao analisarmos dos dados do Censo Agropecuário (2006), percebemos que Mato Grosso do Sul tem uma elevada concentração de terras, pois cerca de 42.000 estabelecimentos menores que 100 hectares (representando 65% do total) significam pouco mais de 938 mil hectares, enquanto que, os estabelecimentos maiores que 1000 hectares (cerca de apenas 10% do total) representam mais de 23 milhões de hectares, ou seja, ocupam mais de 35% do território estadual.

Assim destacam-se nesse processo, seus principais agentes, como os trabalhadores assalariados, camponeses, indígenas, proprietários de terra e, evidentemente, o grande capital monopolista, representado nas empresas transnacionais, resultando em diferentes formas de apropriação territorial, cujas relações são mediadas por diferentes concepções de propriedade e de interesses de classe (MIZUSAKI, 2010).

Sobretudo, o campo sul-mato-grossense é palco diário de conflitos. Mesmo com o desenvolvimento de tecnologias cada vez mais modernas, mantém relações arcaicas e de exploração.

Visualizamos na figura 1, que a concentração da expansão da cana-de-açúcar acontece principalmente sobre a região centro-sul do estado de Mato Grosso do Sul. Região essa que concentra as lavouras de soja, além da atividade pecuária, mas também muitos assentamentos e acampamentos de reforma agrária, terras indígenas e quilombolas.

Estamos presenciando as diferentes formas de apropriação territorial como extensas propriedades, ligadas ao agronegócio<sup>15</sup> (produção de monoculturas em larga escala para exportação, dentre elas a cana-de-açúcar) e por outro lado pequenas propriedades com a sobrecarga de produzir os alimentos de nossa mesa.

Tal região apresenta condições muito favoráveis ao desenvolvimento da atividade canavieira, como terras com pouca declividade, terras mais baratas se comparadas à São Paulo, produtividade próxima à níveis considerados bons pelo setor, proximidade com os portos e com o maior mercado consumidor do país, incentivos fiscais, dentre outros<sup>16</sup>.

O capital canavieiro adotou algumas agroestratégias (ALMEIDA, 2010), ou seja, um conjunto de ações e estratégias do capital aliadas às agências multilaterais como o Banco Mundial, os blocos econômicos, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio para fortalecer suas ações e mecanismo jurídico-formais diante do território sul-mato-grossense, reorganizando-o.

Essa reorganização oculta os desdobramentos causados pela expansão territorial da cana-de-açúcar, como: a exploração de recursos naturais no campo, causando impactos ambientais; menor distribuição de renda entre as famílias; manutenção da concentração fundiária sul-mato-grossense; formas degradantes de trabalho e, às vezes, análoga à escravidão em unidades canavieiras; a expropriação das famílias de pequenos agricultores de seus territórios tradicionais; instabilidade na soberania alimentar; atraso na demarcação de terras indígenas, dentre outros<sup>17</sup>.

A estratégia do capital, com o total apoio do Estado, é formar grandes conglomerados de empresas, para atuar em várias frentes, formando redes de dominação, apropriação e controle, ou seja, procurando um poder local absoluto. E isso é o que verificamos em empresas ligadas aos setores do agronegócio, como empresas de controle de sementes, das terras mais férteis e da própria água (TORRES, 2007).

---

<sup>15</sup> O agronegócio é um novo tipo de latifúndio, e ainda mais amplo, pois agora concentra e domina a terra, bem como, a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES e MOLINA, 2004). O conceito de agronegócio, foi inicialmente proposto por Davis e Goldberg em 1957 como a junção das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, processamentos e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir dos mesmos. Sendo assim, de acordo com o “conceito de agronegócio”, a agricultura passa a ser abordada de maneira associada aos outros agentes responsáveis por todas as atividades, que garantem a transformação, produção, distribuição e consumo de alimentos. Logo, a agricultura passa a ser considerada como parte de uma extensa rede de agentes econômicos. Dessa forma, entendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio, um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas e subsistemas do complexo.

<sup>16</sup> Análise feita por meio de aulas a campo realizadas no ano de 2013 e 2014.

<sup>17</sup> Aulas de campo realizada no ano de 2013.



Vale ressaltar que o agronegócio<sup>18</sup> foi construído para renovar o modelo da agricultura capitalista, ou seja, para "modernizá-la", sempre tentando "ocultar o caráter concentrador, predador e excludente do mesmo para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias" (MIZUSAKI, 2010).

Os principais produtos comercializados pelo estado de Mato Grosso do Sul são as culturas que visam a exportação, ou seja, o agronegócio, no qual o setor canavieiro se destaca. Sobretudo, não podemos esquecer-nos da produção pecuária, por representar a atividade mais tradicional da economia sul-mato-grossense, constituída principalmente pela criação de bovinos<sup>19</sup>.

Em nome da expansão do setor canavieiro, o Estado nos níveis federal, estadual e municipal, criou e vem criando melhores condições (infraestrutura, incentivos fiscais, créditos financeiros, etc.), para que este tipo de agricultura se desenvolva no Mato Grosso do Sul, e conseqüentemente, as relações oriundas desse processo. Como exemplo, encontramos o PPA 2012-2015 do governo estadual<sup>20</sup>.

O PPA destaca a "vocação" do estado para o setor agropecuário, ou seja, qual tipo de prática no campo acumula mais capital. Consolida o Mato Grosso do Sul como uma nova fronteira agrícola e ganha maior capacidade de inserção internacional para a exportação, principalmente da pecuária, ou seja, reforça a tese da especialização da região e da produção agrícola de acordo com as normas do processo de acumulação de capital.

No Mato Grosso do Sul, o impacto que se destaca dentre os demais, é o atraso na demarcação de terras indígenas e as conseqüências desse atraso, como formas degradantes de trabalho de indígenas em unidades canavieiras. A unidade agroindustrial Monteverde (grupo Bunge) vem confrontando diretamente com questões indígenas, como arrendamentos de propriedades que estão sob a Terra Indígena Jatayvary no município de Ponta Porã.

Outra unidade é a São Fernando (grupo São Fernando – José Carlos Bumlai) que pediu mandato de reintegração de posse que levou ao despejo, determinado pelo Juiz Federal Kaiut Nunes, de alguns indígenas do Acampamento Apyka'i que fica às margens de Fazenda Serrana, arrendada pela referida unidade agroindustrial no dia 06 de julho de 2016. Também existem casos de arrendamentos de terras no Assentamento Corona no município de Ponta Porã pela unidade agroindustrial Monteverde. A unidade Usinavi em Naviraí contratou mão de obra indígena para o trabalho extenuante de plantio e corte da cana-de-açúcar, entre outros casos.

A consolidação dessas ações estatais afeta principalmente os municípios menores, uma vez que, os mesmos não têm condições estruturais para receber tais empreendimentos, sendo necessárias transformações de imediato. Outra questão que se agrava é a luta pela terra, principalmente, por indígenas, pois em um município como Amambai e Dourados que tem uma população indígena considerável, as ações poderão ocasionar maiores conflitos.

<sup>18</sup> Esse modelo de produção agrícola não é o foco deste artigo, mas de forma abrangente é o modelo que preza pela monocultura, com produção em larga escala de produtos que serão exportados como as *commodities*.

<sup>19</sup> No que diz respeito à criação de bovinos, o Mato Grosso do Sul é o quarto maior produtor do Brasil, segundo dados da PPM 2012 (Pesquisa Pecuária Municipal) do IBGE.

<sup>20</sup> O Plano Plurianual (PPA 2012-2015), tem como objetivo "desenvolver igualmente" as microrregiões dentro do estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com o PPA (2012-2015: 5), o Governo estadual atual em sua primeira gestão (2007/2010) estabeleceu metas a serem realizadas nas diversas áreas de atuação da administração pública estadual. Está proposto também como estratégia para reduzir o custo de transporte da produção e possibilitar a integração intermodal da logística de transporte, a viabilização da construção de novos eixos logísticos. Tal Plano tem como meta principal "fazer de Mato Grosso do Sul um Estado mais competitivo com desenvolvimento sustentável e menos desigual nas suas regiões". Os recursos que serão utilizados para a execução do PPA, são oriundos de empréstimos, Parcerias Público-Privadas, recursos financeiros previstos no Plano da Lei Orçamentária Estadual, Orçamento Geral da União (OGU), dentre outras fontes, ou seja, financiamento público de obras que beneficiarão as grandes empresas do estado, em detrimento da população.

No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no campo no Mato Grosso do Sul, assim como em outras partes do Brasil, em que as forças produtivas estão sob a ordem do capital monopolista, expresso nas grandes corporações transnacionais, a sua territorialização produz, reproduz e/ou destrói diferentes formações territoriais, cada vez mais dinâmicas e complexas, produzindo territórios cada vez mais conflituosos, onde o local e o mundial inter-relacionam-se sob diferentes aspectos (MIZUSAKI, 2009).

A estratégia do capital, com o total apoio do Estado, é formar grandes conglomerados de empresas, para atuar em várias frentes, formando redes de dominação, apropriação e controle, ou seja, procurando um poder local absoluto, principalmente sobre o trabalho. E isso é o que verificamos em empresas ligadas ao setor canavieiro, controlando também as terras mais férteis e a própria água (TORRES, 2007).

O papel dos movimentos sociais é de fundamental importância, pois vem na contramão do cenário apresentado. Vem criando novas formas de resistência se unindo com outros sujeitos, como camponeses, indígenas, sem-terra, sem-teto, quilombolas, entre outros, para efetivar e dar maior visibilidade às suas ações.

Entendemos que as distintas formas de produção, reprodução e apropriação territorial no Mato Grosso do Sul vêm gerando diferentes territorialidades, mediadas por tensões, conflitos e disputas entre os sujeitos envolvidos.

Compreendemos também que, a questão agrária sul-mato-grossense não é caracterizado apenas por transformações derivadas da expansão do capital. Existem transformações oriundas de outras forças, como os interesses da burguesia industrial, da classe política, dos defensores do meio ambiente, enfim, o espaço agrário, assim como o urbano é uma arena de disputas.

### **Algumas considerações**

Visualizamos algumas relações oriundas das relações capitalistas de produção no espaço agrário e seus desdobramentos no Mato Grosso do Sul, principalmente sobre as relações originadas a partir do setor canavieiro, no entanto, podemos afirmar que não chegamos ao fim com tal discussão. A complexidade entre essas relações é muito grande, uma vez que, nem sequer analisamos os conflitos existentes; as diversas formas de resistências por parte dos camponeses, principalmente, a resistência ao modo de produção (modo de produção não capitalista); a questão ambiental; entre outros.

Os conflitos postos na atualidade contra o agronegócio vão se modificando de acordo com o surgimento de novos elementos, monoculturas e relações. Embora tenhamos o conflito sempre presente, percebemos que há modificações no jogo de interesses, pois esses últimos também se alteram.

Percebemos que o campo sul-mato-grossense, está diante de muitas transformações ocorridas na última década. Transformações essas, que nos fazem pensar em novos sujeitos que vão se (re)fazendo e se (re)criando. Além dos sujeitos, também as formas capitalistas e não capitalistas de produção.

Isso impacta direta e indiretamente nas relações presentes no campo sul-mato-grossense, pois essas ações serão desenvolvidas com o objetivo expresso de ampliação e acumulação do capital. Sendo assim, a questão agrária se torna algo imprescindível de ser discutido, uma vez que, passa a interessar a toda sociedade.

O setor canavieiro vem ocupando parte expressiva desse campo que muitas vezes reage de formas variadas como conflitos intra e intercapital canavieiro. Assim percebemos mudanças vão acontecendo sob a lógica do lucro extrema do capital.

## Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital** (A nova degradação do trabalho na era da globalização). Londrina. Ed. Práxis, 1999.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O Campo da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. A. (Orgs). **Por uma educação do campo**: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. IBGE, 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em 16 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. IBGE, 2010. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 03 jan. 2013.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, J.S. Expropriação e Violência. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MATO GROSSO DO SUL. Assembleia Legislativa. Lei nº 4.415, de 19 de dez. de 2011. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012/2015**. Campo Grande, 2011.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e Reestruturação Produtiva na Avicultura**. Dourados: Editora UFGD, 2009.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária e apropriação territorial**: impasses, possibilidades e perspectivas no sul de Mato Grosso do Sul. 2010. Projeto de Pesquisa. Dourados/MS: UFGD, 2010.

TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água)**: os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

Artigo recebido em 16-12-2016  
Artigo aceito para publicação em 01-09-2017